

Uma herança dramática

“Dramático”. Este era o quadro da educação quando o governo José Aparecido assumiu em maio de 1985. O orçamento da Secretaria estava comprometido com licitações e empenhos da gestão anterior. A Fundação Educacional destinava 93 por cento de seus recursos para pagamento de funcionários, não dispondo de verbas sequer para reformar mobiliários e escolas.

A situação física da rede oficial não era diferente: muitas escolas fechadas por falta de condições de uso. O relatório do primeiro ano de governo detectava 41 unidades funcionando em “situação precária” e 110 necessitando de reformas na rede elétrica e hidráulica. O relatório apontava ainda problemas de abastecimento de água em escolas de zona rural.

Além de problemas de manutenção, o documento observava que muitos estabelecimentos de ensino do DF foram construídos com materiais impróprios. E o caso das escolas de lata, que causam grande desconforto ambiental, calor e ruídos. O funcionamento do sistema educacional estava comprometido com a falta de material escolar,

a superlotação e a existência do terceiro turno, o chamado da “fome”.

O déficit de professores para o ensino de 1º e 2º graus acentuou-se na década de 70 com a inexistência de políticas de investimentos para o setor. Em 1986, a Secretaria de Educação registrou aumento de 20 mil matrículas na rede pública, no ensino de primeiro grau, representando um acréscimo de 7,5 por cento sobre as estimativas projetadas para o ano letivo.

Este fenômeno pode ser explicado, em parte, pela melhoria da credibilidade do ensino oficial do DF. Para atender à situação, o governo obteve da Secretaria de Planejamento Cz\$ 44 milhões (valores antigos não atualizados) para contratação, em seu primeiro ano de gestão, de 1 mil 058 novos professores. Com a contratação de 608 através de recursos próprios, pôde nivelar a demanda de mestres da rede pública.

Na zona rural, o GDF convocou a comunidade a contruir, em regime de mutirão, cisternas e escolas.